

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de setembro de 2025 às 07h53
Seleção de Notícias

Convergência Digital | BR

Patentes	
5G, WiFi: CADE vê uso de patentes tecnológicas em práticas anticompetitivas	3
LUIS OSVALDO GROSSMANN	

Correio Braziliense - Online | BR

30 de setembro de 2025 Marco regulatório INPI	
Justiça impede extensão de patente de canetas emagrecedoras; veja quais	4
BRASIL CORREIO BRAZILIENSE	

5G, WiFi: CADE vê uso de patentes tecnológicas em práticas anticompetitivas



5G, WiFi: CADE vê uso de patentes tecnológicas em práticas anticompetitivas

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica divulgou o estudo "Contribuições do Cade: **patentes** essenciais", elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos, com foco nos riscos e oportunidades associados às chamadas **patentes** essenciais a padrões tecnológicos (SEPs, na sigla em inglês). O documento alerta que, embora essas **patentes** sejam cruciais para garantir interoperabilidade em tecnologias globais como 5G, Wi-Fi e USB, também podem ser usadas como instrumento de práticas anticompetitivas.

Segundo o presidente do Cade, Gustavo Augusto, a questão exige vigilância constante: "O sistema de patentes é fundamental para incentivar a inovação, mas, quando se trata de patentes essenciais, é preciso atenção redobrada para evitar distorções de mercado. Ao conceder esse poder exclusivo, a SEP pode impedir a entrada de concorrentes e resultar em monopólios prejudiciais à competição e à inovação", afirmou.

O estudo aponta que o titular de uma **patente** essencial, por controlar tecnologia obrigatória para padrões globais, pode impor royalties elevados ou condições contratuais restritivas, criando barreiras à entrada de novos competidores. Entre os riscos lis-

tados estão o chamado hold-up - quando o detentor da **patente** abusa da sua posição para elevar preços - e o hold-out, quando implementadores tentam evitar ou atrasar pagamentos devidos.

As conclusões do Cade reforçam a necessidade de maior clareza regulatória no Brasil, especialmente diante da tendência de aumento dos litígios envolvendo SEPs com a expansão da internet das coisas e das comunicações móveis. O órgão também destaca a importância de fortalecer a transparência das organizações internacionais de padronização e incentivar a cooperação entre autoridades de defesa da concorrência em diferentes países.

Para o Cade, o desafio está em equilibrar o incentivo à inovação com o acesso justo às tecnologias essenciais, garantindo que as SEPs cumpram seu papel de difundir padrões tecnológicos sem se transformar em barreiras que limitem a competição e a inovação no mercado brasileiro.

Justiça impede extensão de patente de canetas emagrecedoras; veja quais

BRASIL



A AGU mostrou ainda que as farmacêuticas já tinham proteção legal desde que pediram a patente. Podiam impedir cópias e buscar indenização. Ou seja, não houve prejuízo real pela demora

A Advocacia-Geral da União (AGU) barrou na Justiça uma tentativa de prorrogar por oito anos a patente dos medicamentos Victoza e Saxenda, usados no tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade. A decisão garante que versões genéricas à base de liraglutida, princípio ativo dos remédios, possam chegar ao mercado brasileiro mais cedo e com preços mais acessíveis.

O caso começou quando as empresas entraram na Justiça contra o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) alegando demora na análise. A patente foi depositada no **INPI** em 2004 e só concedida em 2018 - 14 anos depois.

A primeira instância aceitou o pedido de prorrogação. Porém, o Núcleo de Regulação da Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Federal do **INPI** ingressaram com ação cautelar para suspender os efeitos da sentença. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu os argumentos da AGU.

Metanol: São Paulo tem terceira morte suspeita após consumo de bebidas

Argumento central

Os procuradores fundamentaram a defesa em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que de-

clarou inconstitucional a prorrogação automática de patentes. Segundo o entendimento da Corte, o prazo de vigência deve ser de 20 anos contados da data do depósito, sem possibilidade de extensão por eventual demora do **INPI** na análise.

A AGU mostrou ainda que as farmacêuticas já tinham proteção legal desde que pediram a patente. Podiam impedir cópias e buscar indenização. Ou seja, não houve prejuízo real pela demora.

"A atuação conjunta demonstra o compromisso permanente da Procuradoria-Geral Federal com a proteção do interesse público, evitando prorrogações indevidas de monopólios e permitindo que medicamentos essenciais cheguem mais cedo à população a preços mais acessíveis", afirmou o procurador federal Fabrício Duarte Andrade, coordenador do Núcleo de Regulação.

Padre pede zoonoses contra cães em igreja: "Corpo de Cristo em risco"

Impacto

O desembargador federal Flávio Jardim, relator no TRF-1, destacou que a prorrogação da patente atrasaria a entrada de medicamentos genéricos no mercado, manteria a concentração de mercado e os preços elevados. "Os usuários dos medicamentos continuariam pagando os preços monopolistas", afirmou o magistrado.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Marco regulatório | INPI

4